COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

N.º 13 FEVEREIRO 87

Timor-Leste na Comissão dos Direitos do Homem em Genebra

Reune-se em Genebra, entre 2 de Fevereiro e 13 de Março, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) da ONU. Curiosamente, é no momento em que se assiste a uma nova onda de violência por parte das autoridades indonésias que a CDH se confronta com a ausência da questão de Timor-Leste do debate a nível do chamado "processo confidencial". A CDH, para além da discussão em plenário do qual participam os Estados membros da Comissão e, a títulos de observadores, outros Estados não membros, organizações internacionais e Organizações Não-Governamentais (ONG), pode apreciar casos específicos de alguns territórios onde as violações dos direitos humanos assume carácter grave e maciço, no seio apenas dos membros de pleno direito da CDH e sob confidencialidade. A Comissão é composta por 43 Estados, eleitos com um mandato de três anos.

Acontece que há dois anos a questão de Timor-Leste foi, mais uma vez, objecto de exame na parte confidencial da sessão mas, perante as promessas do embaixador indonésio de que a situação estava a melhorar e que em breve outras medidas seriam tomadas (por exemplo, o fecho do campo de prisioneiros em Ataúro), os Estados membros de então resolveram, por maioria, acreditar nestas intenções e dar por terminada a necessidade de continuar a dar uma atenção especial ao caso de Timor-Leste.

O ano passado fizeram-se ouvir no plenário diversas intervenções, quer de Estados, quer de ONG, denunciando a continuação de repressão e da violação dos direitos humanos, a todos os níveis. Foram mais uma vez apresentados casos concretos de prisões arbitrárias, pessoas desaparecidas, torturas, execuções sumárias, entraves à livre circulação e à liberdade religiosa, etc. Um relevo especial foi dado à negação do direito à autodeterminação, devido à agressão e ocupação estrangeiras, que constitui um dos pontos específicos da ordem de trabalhos da CDH.

Portugal e a Indonésia têm também utilizado o seu direito de intervenção, embora nenhum dos países tenha sido eleito para a CDH nos últimos anos. A diplomacia portuguesa encontra-se sempre "à defesa", procurando não "ferir" a sensibilidade indonésia, invocando para tal a necessidade de manter um "clima de diálogo" que facilite as conversações em Nova Iorque. A delegação diplomática indonésia é numerosa, de alto nível, agressiva, oferece almoços e jantares, distribui propaganda, mente descaradamente.

O que sucederá este ano? As notícias sobre a violação dos direitos humanos em Timor-Leste, sobretudo a partir de Julho de 1986, abundam. Ainda recentemente se soube em Lisboa que o exército indonésio praticamente arrasara, no dia 27 de Dezembro último, a povoação de Iliomar, a pretexto de represálias pela acção desencadeada pela resistência, a 3 de Dezembro, em Lospalos. Analisando todas as informações disponíveis neste domínio, conclui-se sem dificuldade que:

— as promessas feitas pelo embaixador em 1984 não foram nunca cumpridas: o campo de Ataúro tem neste momento 845 prisioneiros (Reuter) e aqueles que foram "libertos", na sua grande maioria, não voltaram para as suas terras de origem, foram separados das suas famílias, vivem em condições de subsistência piores do que as que conheceram na ilha (onde a presença da Cruz Vermelha Internacional proporcionava alguma assistência);

— a repressão prossegue e não escolhe vítimas: jovens e velhos continuam a ser obrigados a servir de "escudo vivo" às tropas indonésias, os próprios timorenses que integram a administração indonésia são presos (casos mais recentes, entre outros, do responsável provincial dos Serviços Sociais, João Martins, do responsável provincial dos Correios, Arnaldo Araújo e do administrador de Maubisse, de nome Aleixo), a Igreja continua a ser perseguida (caso da igreja de Atsabe, maus tratos e interrogatórios infligidos a alguns padres, vigilância constante da casa e das acções do Administrador Apostólico, Mons. Ximenes Belo).

As ONG vão fazer ouvir a sua voz na defesa dos direitos do povo maubere e na defesa de uma atenção cada vez maior da comunidade internacional ao aumento das violações dos direitos do homem e dos povos do mundo em que vivemos. Estranha-se, por exemplo, que tenha sido decidido cancelar, no ano passado, a pretexto da crise financeira da ONU, a habitual sessão da Sub-Comissão dos Direitos do Homem, quando a percentagem do orçamento das Nações Unidas dedicada à promoção dos direitos humanos é de... 0,7%! É necessário pois exigir maior coerência, menos hipocrisia, maior empenhamento das organizações internacionais, menor aceitação das políticas armamentistas, da confrontação, do facto consumado, das relações impostas pela força.

Todo este posicionamento se aplica exemplarmente a Timor-Leste. O que fará a diplomacia portuguesa? Esta sessão da CDH será um teste significativo às reais intenções do Governo: não basta proclamar o direito do povo maubere à autodeterminação, é preciso percorrer os caminhos que podem levar à concretização desse direito inalienável. Na CDH o Estado português pode, se quiser, demonstrar o que se continua a passar em Timor-Leste, pode encorajar alguns Estados membros a tomar uma posição clara, pode fazer-se ouvir com convicção e firmeza, pode, a nível diplomático, ganhar força para negociar em Nova Iorque. □

NESTE NÚMERO:

- Timor-Leste na Comissão dos Direitos do Homem
- Eleições gerais na Indonésia
- Portugal: alarga-se o debate sobre Timor-Leste
- Novas e velhas dominações no Pacífico

Eleições na Indonésia: arma para o reconhecimento da integração

A máquina estatal indonésia tem dedicado nos últimos meses particular atenção às próximas eleições gerais, anunciadas para 23 de Abril.

Nesse dia serão submetidos a sufrágio 400 dos 500 lugares do DPR (parlamento indonésio), já que os restantes 100 serão preenchidos por designação presidencial e cabem totalmente às Forças Armadas.

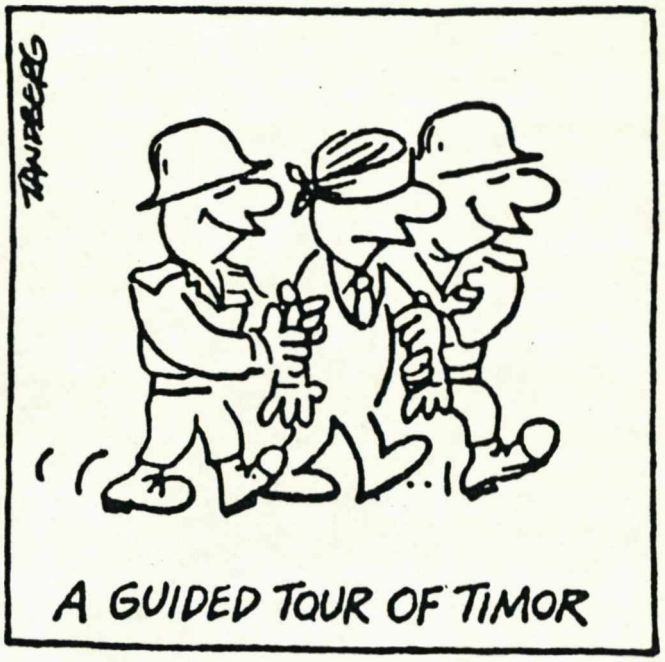
Concorrem a estas eleições três partidos, os únicos permitidos por lei: o Golkar (o partido governamental), o PPP (islâmico) e o PDI (cristão).

Na sua mensagem ao Parlamento em Agosto de 86 o Presidente Soeharto referiu que nestas eleições, as primeiras após o Pancasila ter sido adoptado como princípio único do Estado e da vida social, já não haveria conflitos ideológicos, os quais tinham deixado feridas profundas no passado. Tal facto constituía um *"progresso fundamental"* e mostrava que o país tinha entrado numa nova era de maturidade política (*"Surabaya Post"*, 15/8/86).

Os resultados destas eleições não oferecem dúvidas. A engrenagem está montada para garantir ao Golkar uma vitória destacada. A única questão em aberto é a de por quanto ganhará (recorde-se que nas últimas eleições, em 1982, o Golkar obteve 64,4% dos votos). O controlo que as Forças Armadas e a camada dirigente, em geral, exercem sobre o aparelho de Estado não deixa muita margem de manobra aos restantes concorrentes: um responsável do Instituto das Eleições Gerais, organismo que superintende à organização das mesmas, afirmava, em Setembro do ano passado, que todas as intervenções na campanha eleitoral deveriam ser admitidas à apreciação do Departamento do Interior, da polícia ou *"outros organismos governamentais"*, a fim de evitar *"extremismos"* durante a mesma (*"Jakarta Post"*, 21/8/86).

Mas apesar dos esforços do regime militar de limpar o terreno social de todos os protagonistas que de algum modo possam perturbar o bom andamento do processo eleitoral, nem por isso os conflitos e as tensões que atravessam o tecido social indonésio deixam de ganhar a luz do dia. As manifestações estudantis que acompanharam a desvalorização da Rupia ou os motins anti-chineses que em finais de Setembro perturbaram durante vários dias a vida na cidade de Surabaya, são alguns dos seus sinais externos e que obrigam, por vezes, as autoridades a ter que retroceder. O caso do jornal *"Sinar Harapan"* é exemplar.

Sendo um dos mais importantes diários indonésios, ligado aos meios cristãos protestantes, foi suspenso em Outubro por, segundo o Ministro da Informação, *"reportagem especulativa"*. Em Janeiro, porém, o Presidente Soeharto tomou uma atitude conciliatória autorizando o reaparecimento do vespertino, embora com novo nome (*"Suara Harapan"*, "A Voz da Esperança") e novo director. Esta mudança seria consequência da intervanção junto do Presidente de pessoas que lhe são próximas e que o terão alertado quer para a má imagem da Indonésia no estrangeiro provocada por aquela medida, quer para o mal-estar que ela provocou junto dos meios cristãos, minoria com quem importa estreitar os laços em vésperas de eleições (*"Far Eastern Economic Review"*, 1/1/87).



"Visita guiada a Timor": será assim com as Comissões de "observadores" às eleições gerais?

Carrascalao calls on East Timor fugitives to return

JAKARTA (JP): East Timor Governor Mario Viegas Carrascalao has again called on "those still wandering in the forests" to "come home and build the province."

É conhecido o esforço diplomático em que se encontra empenhado o regime de Jacarta para dar à realização do acto eleitoral em *Timor-Leste* um carácter referendário, para estrangeiro ver. A afluência às urnas de voto mediria a adesão à integração. A Indonésia ainda não desistiu de tentar levar a Dili uma delegação das Nações Unidas ou, à falta de melhor, de parlamentares de vários países, entre os quais, eventualmente, Portugal, que funcionassem como "observadores", a fim de dar credibilidade ao acto eleitoral e de contribuir para o reconhecimento internacional da integração.

Todos os cuidados estão, neste sentido, a ser tidos para que, também ali e à semelhança do que aconteceu em 1982, as eleições sejam *"um sucesso"*.

Agora como então, as notícias que nos chegam de Timor-Leste dão conta do reforço do clima de intimidação, suspeita e medo por acção do aparelho repressivo. As prisões e a chacina de populações, como ocorreu recentemente em Iliomar, continuam a ser o diário pão que o diabo amassou dos timores. Os apelos lançados por Carrascalão, *"the Lisbon-educated governor"* como lhe chama a imprensa indonésia, para que os guerrilheiros (*"os fugitivos"* na sua óptica) abandonem as montanhas e desçam à cidade para participarem activamente na reconstrução nacional (*"Jacarta Post"*, 3/1/87) não encontrou outro eco que não fosse o da predisposição para um acordo de cessar-fogo mas sempre encarado no âmbito de uma solução política para a realização da autodeterminação.

O tema da reconstrução é, aliás, um dos mais caros da propaganda do ocupante: o desenvolvimento económico, os milhões de rupias investidos na abertura de estradas, na saúde e no ensino.

O facto de o secretário-geral do PDI, Nicolas Daryanto, que afirmara não participar nas eleições, aparecer agora como *"angariador de votos"* em Timor-Leste (*"Sinar Harapan"*, 27/9/86) expressa bem as intenções da administração indonésia: confrontada com a crescente influência do catolicismo naquele território (as estatísticas oficiais referem que 80% da população é católica), apostará em promover a "guerra" entre o Golkar e o PDI e levar a Igreja Católica a pôr-se ao lado deste último, comprometendo-a no "campo político interno" da Indonésia e canalizando para aquele partido cristão o descontentamento do povo maubere. Os mecanismos de integração sairiam assim reforçados. □

Portugal: alarga-se o debate sobre Timor-Leste

Já no último número nos tínhamos referido a algumas mudanças que se vêm dando na questão de Timor-Leste no panorama nacional. Retomamos pela importância as posições assumidas por Mário Soares, mesmo a finalizar o ano.

Na sua visita de Estado a S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde os comunicados finais conjuntos dos Chefes de Estado dos dois países reafirmam o direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste, tendo Mário Soares aproveitado a oportunidade para frisar a incoerência de se conceber uma autodeterminação que não trouxesse atrás, de imediato, a questão da independência.

Pouco mais tarde, aquando da apresentação de cumprimentos de Natal e Ano Novo, pelos membros do Corpo Diplomático, em Belém, o presidente da República enuncia a questão de Timor-Leste como uma das que considera prioritárias no plano nacional e *"a que, infelizmente, não tem sido dado o relevo suficiente"*. Reafirmando o legítimo direito à autodeterminação declarou ser o dever *"indeclinável"* de Portugal, apoiar tal reivindicação da população timorense, como potência administrante que continua a ser, à luz do direito internacional.

Estas tomadas de posição são significativas, quer pelo facto de serem do chefe de Estado português, quer por virem reforçar uma positiva evolução do ex-Primeiro Ministro, que, enquanto tal, bastante indiferente parecera perante este problema.

Se a aludida evolução de Mário Soares é sintoma e prenúncio do novo impulso que o tema de Timor-Leste aquire em Portugal, outro tanto se diria do crescendo que é dado observar nas posições do seu antecessor na chefia do Estado português.

É que, se é inegável que Ramalho Eanes não se mostrou "distraído" em relação ao problema — disso mesmo se faz eco a manifestação de simpatia de que foi alvo, por parte da comunidade timor residente em Portugal, no passado dia 7 de Dezembro — também é verdade que foi na primeira quinzena de Janeiro último que o seu claro e decidido apoio à luta do povo maubere pela autodeterminação e independência atingiu o seu ponto mais alto de sempre.

De facto, num artigo publicado no *"Expresso"*, a 3 de Janeiro último, em que se debruça sobre o panorama político nacional, Eanes alerta para o desenvolvimento crucial que a questão de Timor-Leste irá sofrer no corrente ano. Dias mais tarde num colóquio realizado na Faculdade de Ciências do Porto faz uma longa exposição, mostrando-se extensa e profundamente documentado sobre o assunto e na qual apela particularmente à juventude portuguesa para não deixar que a questão caia no esquecimento, lembrando as graves responsabilidades que pesam sobra a antiga potência colonial. Refere as novas possibilidades de acção diplomática que a entrada para a CEE traz e o esforço que ao Estado português compete de tentar recuperar as abstenções, nomeadamente na ONU, ao mesmo tempo que declara esta questão como de Estado, e a necessidade de se elaborar uma proposta de paz portuguesa.

Embora esclarecendo que falava a título pessoal, salientou como importante o reconhecimento por Portugal dos movimentos de resistência timores preconizando o apoio, mesmo financeiro, a estas organizações, ao mesmo tempo que denunciava a tendência para a guerra se prolongar, cada vez mais violenta. Propôs também a constituição de uma comissão de personalidades de prestígio que alertasse e informasse a opinião pública nacional e internacional.

Questão importante e bastante imediata para os portugueses serão as condições degradadas de vida da grande maioria dos refugiados timores em Portugal. Questão grave numa sociedade que nem os problemas mais prementes dos seus próprios desprotegidos soube equacionar.

É que apoiar a adaptação dos refugiados timores às condições de vida em Portugal, não é coisa que se possa fazer passando por cima do respeito que nos deve merecer a sua identidade cultural e nacional. Apoiá-los é antes do mais encarar de frente a causa sangrenta do seu êxodo e perceber que qualquer ajuda eficaz terá que estar enquadrada no combate a essa causa, nisso acompanhando o próprio povo maubere.

Como compreender então iniciativas do tipo "chá de caridade", caracterizadas antes do mais pelo brilhantismo das exibições para as colunas sociais?

É evidente que a melhoria das condições habitacionais dos refugiados é urgente e algo tem de ser feito com uma premência maior até do que programas aparatosamente concebidos podem fazer supor. Outro tanto se dirá de planos para a sua formação profissional. Mas como compreender a omissão sistemática da invasão e genocídio subsequente, que estão por detrás de todo o problema? Ou será que tudo não passa de encenação, do aproveitar de uma "moda" para dar nas vistas? Não será por isso que o acolhimento a uma iniciativa recente foi tão pouco caloroso por parte dos timores em Portugal, como se depreende da reportagem publicada em *"O Tempo"* de 22 de Janeiro último? Só a título de exemplo, uma declaração aí apresentada como sendo a de um elemento da comunidade timor residente em Portugal: *"...'Eles' querem que Timor seja um caso esquecido, por isso interessa-lhes proporcionar aos refugiados condições mínimas de vida, para nos levar à acomodação. Tudo isto não passa de um jogo."* □

Novas e velhas dominações no Pacífico

Organizado pelo *Fiji Anti-Nuclear Group*, realizou-se em Agosto de 1986, naquele país, a Conferência de Solidariedade com os Povos do Pacífico.

Entre os delegados presentes, vindos de desasseis países, contavam-se os representantes da OPM (Papua Ocidental), FLNKS (Nova Caledónia) e FRETILIN (Timor-Leste).

A Conferência teve como temas centrais o exercício, pelos povos do Pacífico, do direito à autodeterminação, a luta contra o colonialismo francês e os seus testes nucleares, a luta contra o colonialismo indonésio.

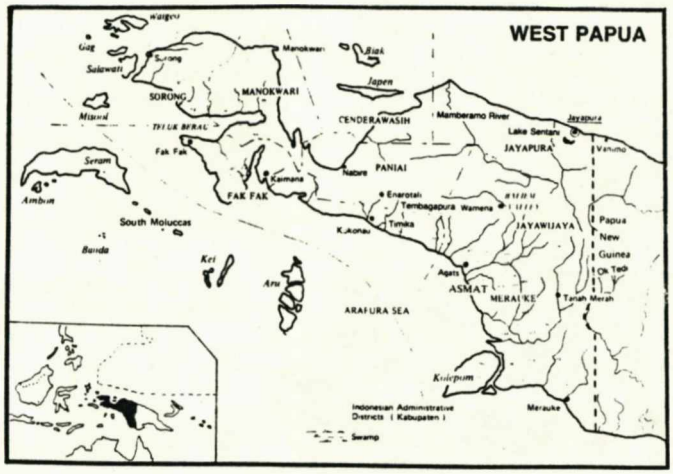
O NOVO COLONIALISMO INDONÉSIO

A Papua Ocidental é uma ex-colónia holandesa, ocupada pela Indonésia em 1963. Em 1969, na sequência da consulta a uma Assembleia, expressamente seleccionada pelas autoridades indonésias para regularizar a situação jurídica do território (consulta essa sancionada pelas Nações Unidas), foi integrada na Indonésia, contra a vontade maioritária das populações nativas, que são na grande maioria de raça melanésia e animistas, diferentes dos indonésios que são malaios e professam o islamismo.

Tem sido o movimento independentista OPM (Organisasi Papua Merdeka - Movimento de Libertação da Papua) que desde então tem liderado a luta de guerrilha contra o ocupante.

Apesar da reorganização das estruturas militares indonésias na Papua Ocidental realizada em Março do ano passado, e o reforço com contingentes vindos de Java, informações recentes fornecidas pela OPM e confirmadas por fontes independentes, dão conta do incremento da actividade da guerrilha.

Em combates ocorridos em Março de 86, foram abatidos 4 militares indonésios do batalhão Pattimura. Ainda em Março, 36 soldados foram mortos em combates no subdistrito de Pantai-Timur e o posto militar de Betaf (costa norte) foi ocupado temporariamente, tendo sido mortos 7 indonésios.



From: Nonie Sharp, *The Rule of the Sword*

No início de Maio, durante um violento combate, cerca de 60 indonésios perderam a vida e foram aprisionados vários funcionários governamentais. Neste mês ocorreram vários confrontos entre a guerrilha e os militares ocupantes nas zonas fronteiriças com a Nova-Guiné: na sequência da morte de vários soldados, foram presos e interrogados vários habitantes locais, dos quais alguns desapareceram (caso de Jan Teloga e John Tabuni).

Por duas ocasiões a bandeira independentista foi içada em Jayapura (a capital da Papua Ocidental): em 4 de Maio, num local fronteiro ao edifício do Conselho da Nova-Guiné, tendo sido vista pelos transeuntes que se deslocavam para o serviço religioso dominical; na segunda ocasião foi içada de noite em frente ao edifício da Rádio Indonésia, tendo permanecido até à manhã seguinte.

Em meados de Agosto, caças F-5 desencadearam ataques, durante quatro dias sucessivos, visando a destruição de Markos Victoria, o quartel-general da OPM. Embora este objectivo não fosse conseguido (Markos Victoria é uma base móvel), foram destruídas 65 habitações e uma igreja situada em Olmape, nos arredores; vários aldeões que se refugiaram no mato foram perseguidos e mortos.

Apesar das autoridades militares indonésias afirmarem insistentemente que a OPM está extinta e que desde 1984 não efectua acções, correspondentes estrangeiros puderam inesperadamente testemunhar o ataque a um destacamento do exército indonésio pela OPM, o qual ocorreu escassos minutos antes da sua chegada a Arso Kota, pequena aldeia a leste de Jayapura. Um indonésio morreu e outro ficou ferido como consequência da acção.

A visita guiada deste grupo de 13 jornalistas, a convite do governo de Jacarta, destinava-se a observar os "progressos" do programa de transmigração na Papua Ocidental.

Mas não é só na Papua Ocidental e em Timor-Leste que o regime de Jacarta enfrenta as aspirações autodeterministas das populações. Segundo a Amnistia Internacional, três homens teriam sido presos na ilha de Haruku, nas Molucas, em Março último, por terem em seu poder uma cópia da intervenção do representante das Molucas (cuja população reivindica a sua emancipação da Indonésia) nas Nações Unidas em 1985. Protestos tiveram então lugar por toda a região durante os meses de Abril e Maio de 86. Ainda de acordo com a AI, a bandeira da República das Molucas do Sul teria sido içada na ilha de Saparua.

O VELHO COLONIALISMO FRANCÊS

A França, uma velha potência colonial no Pacífico onde começou a entrar por volta de 1840, tem vindo a ver a sua presença na área cada vez mais contestada.

Há já muito que existe um clima de tensão entre este país europeu e os países do Forum do Pacífico Sul, uma associação regional, criada em 1971, de onze pequenos estados independentes (Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru, Tonga, Samoa Ocidental, Kiribati, Tuvalu, Vanuatu, Nine e as Ilhas Cook) a que se juntaram a Austrália e a Nova Zelândia.

O motivo próximo desta tensão têm sido as experiências nucleares francesas no atoll de Muroroa onde, segundo fontes neozelandesas, teriam sido já efectuados mais de cem testes desde 1967.

Nos últimos tempos, porém, um outro motivo veio concorrer para o aumento desta tensão: a política da França para a Nova Caledónia e a forma como o governo de Paris tem encarado as aspirações independentistas dos naturais daquele território.

A solidariedade que os Canaques têm encontrado entre os países do Forum ficou bem evidenciada na campanha que estes conduziram e que levou de novo a questão a ser incluída na agenda da Comissão Especial de Descolonização da O.N.U., depois de ter sido retirada em 1947.

A proposta de resolução, patrocinada por mais de 30 países tendo à cabeça sete dos associados do Forum entre os quais a Austrália, a Nova Zelândia e o Vanuatu, foi aprovada na sessão de 2 de Dezembro último da Assembleia Geral das Nações Unidas por 89 votos a favor, 24 contra e 34 abstenções onde se incluiu a de Portugal e dos E.U.A..

Antes da votação, a diplomacia francesa desenvolveu várias iniciativas junto de alguns dos patrocinadores, procurando levá-los a dissociarem-se da proposta, como foi o caso das Filipinas a quem a França chegou a ameaçar com retaliações de ordem económica caso o governo de Cory Aquino mantivesse o seu apoio ao movimento independentista canaque.

Bem diferente foi a sua posição relativamente à Indonésia, outro dos países patrocinadores.

A tal diferença de atitudes não deve ser alheio o empenhamento de Paris em vender material de guerra ao regime de Jacarta. Em Maio de 1985, a firma *Direction Technique des Constructions Navales* apresentou uma das suas fragatas F-2000 a membros do gabinete do Ministro da Investigação e Tecnologia indonésio, no âmbito do fornecimento de informações sobre tecnologia naval a ser utilizada pela empresa estatal *PT Pal* na construção de modernos barcos de guerra. Em Novembro do mesmo ano os dois países assinaram um acordo para a investigação conjunta sobre armas, tendo ficado prevista a construção futura pela Indonésia de mísseis franceses *Exocet*. E mais recentemente, em Agosto de 1986, a *Dassault-Brequet* viu os seus aviões de combate Mirage 2000 serem preteridos em favor dos F-16 americanos, num contrato que envolveu 337 milhões de dólares.

A Indonésia, por sua vez, ao apoiar a proposta de resolução sobre a Nova Caledónia, pretendeu quer afirmar a sua hegemonia sobre a área, quer quebrar a solidariedade de alguns dos países do Forum para com Timor-Leste. Em conferência de imprensa dada em Jacarta três dias após a votação na A.G. da O.N.U., o Ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Mochtar Kusumaatmadja, declarou que *"os países do pacífico estão satisfeitos com a nossa posição porque conseguiram agora um amigo poderoso"* (*Jakarta Post*, 6 de Dezembro de 1986). Afirmando que a Indonésia apoiava totalmente e desde há muito as aspirações independentistas canaques, Mochtar adiantou que *"o Vanuatu, que tem atacado repetidamente a Indonésia pela integração de Timor-Leste, mudou de posição."*

Observadores consideram, porém, que a concretizar-se tal mudança, ela será mais de ordem táctica já que os povos da área têm vindo a evidenciar uma sensibilidade crescente quanto às velhas e novas formas de dominação que se manifestam na área, como ficou provado na *Conferência de Solidariedade com os Povos do Pacífico.* □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas, 77-2.º Esq., 1000 Lisboa, tel.: 574718/541308 **Execução gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 500 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 **Assinatura anual:** 300$00